

**EFETIVIDADE DO PROGRAMA VIX + CIDADANIA NA PROMOÇÃO DA  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM BENEFICIÁRIOS DE VITÓRIA-  
ES: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA**

***EFFECTIVENESS OF THE VIX + CITIZENSHIP PROGRAM IN PROMOTING  
FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY AMONG BENEFICIARIES IN VITÓRIA-ES:  
AN ANALYSIS OF THE PROGRAM'S EFFECTIVENESS***

Victória Natalia Ferreira Couto

Paula Regina Campos

**RESUMO:** A segurança alimentar e nutricional (SAN) é um direito fundamental que garante o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. No Brasil, as desigualdades socioeconômicas e a presença de desertos e pântanos alimentares agravam a insegurança alimentar, afetando especialmente populações vulneráveis. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo avaliar a efetividade do programa Vix + Cidadania na promoção da SAN entre beneficiários em Vitória/ES, analisando hábitos alimentares, perfil socioeconômico e estado nutricional.

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva e transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizada com 270 beneficiários do programa, selecionados em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A coleta de dados incluiu questionários estruturados em cinco blocos temáticos (sociodemográfico, hábitos alimentares, avaliação do programa, triagem de insegurança alimentar e antropometria), além de avaliações antropométricas (peso, altura, circunferência da cintura). Os dados foram analisados para identificar a prevalência de insegurança alimentar, estado nutricional e impacto do programa no acesso a alimentos saudáveis.

Os resultados esperados incluem o mapeamento das necessidades locais, a identificação de lacunas no programa e a proposição de estratégias para melhorar sua efetividade. Além disso, espera-se que as orientações sobre alimentação saudável fornecidas aos participantes promovam mudanças positivas em seus hábitos alimentares. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Católica de Vitória Centro Universitário, seguindo as diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar e nutricional; Programa Vix + Cidadania; Hábitos alimentares; Desigualdade social; Políticas públicas.

**ABSTRACT:** Food and nutrition security (FNS) is a fundamental right that guarantees regular and permanent access to quality food in sufficient quantities, without compromising other essential needs. In Brazil, socioeconomic inequalities and the presence of food deserts and food swamps exacerbate food insecurity, particularly affecting vulnerable populations. Given this scenario, this study aims to evaluate the effectiveness of the Vix + Cidadania program in promoting FNS among beneficiaries in Vitória, Espírito Santo, Brazil, analyzing their eating habits, socioeconomic profile, and nutritional status.

This is an exploratory, descriptive, and cross-sectional field study, with a quantitative and qualitative approach, conducted with 270 program beneficiaries selected from Social Assistance Reference Centers (CRAS) and Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS). Data collection included questionnaires structured into five thematic sections (sociodemographic, eating habits, program evaluation, food insecurity screening, and anthropometry), as well as anthropometric assessments (weight, height, waist circumference). The data were analyzed to identify the prevalence of food insecurity, nutritional status, and the program's impact on access to healthy foods.

Expected outcomes include mapping local needs, identifying gaps in the program, and proposing strategies to improve its effectiveness. Furthermore, the healthy eating guidance provided to participants is expected to promote positive changes in their eating habits. The study was approved by the Ethics Committee of the Católica de Vitória University Center, following the guidelines of Resolution 466/2012 of the National Health Council.

**Keywords:** Food and nutritional security; Vix + Citizenship Program; Eating habits; Social inequality; Public policies.

## 1. INTRODUÇÃO

A SAN é definida como a capacidade de garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais. Possui quatro dimensões: acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade (ALPINO et al, 2022).

No contexto brasileiro, o debate em torno da SAN reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas que dificultam o pleno exercício desse direito fundamental. Garantir alimentos de forma regular, adequada e suficiente é essencial para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população (CONSEA, 2021). No entanto, a realidade do país ainda é marcada por profundas desigualdades que comprometem esse direito, especialmente entre populações vulneráveis.

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, mais de 33 milhões de brasileiros enfrentam a fome e 125

milhões vivem com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022). Essa problemática é influenciada por fatores como renda insuficiente, acesso limitado a alimentos saudáveis e condições geográficas desfavoráveis, como os chamados desertos e pântanos alimentares. O termo “deserto alimentar” surgiu em 1995, no Reino Unido, para descrever áreas urbanas com escassez de estabelecimentos que oferecem alimentos saudáveis e acessíveis (PERES et al., 2021).

Já os pântanos alimentares são regiões com concentração de comércios que comercializam majoritariamente alimentos ultraprocessados, como fast foods e produtos industrializados, em detrimento de opções saudáveis (SERAFIM, 2021). Ambos os fenômenos refletem desigualdades territoriais e contribuem para a manutenção de ciclos de má alimentação e doenças crônicas (BRASIL, 2024).

A mudança nos padrões alimentares da população brasileira ao longo das últimas décadas tem sido marcada por uma crescente substituição de alimentos in natura e minimamente processados por produtos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e aditivos químicos. Entre os anos de 2002 e 2018, o consumo desses alimentos industrializados apresentou um crescimento de quase 10%, ao passo que a ingestão de alimentos mais saudáveis e menos processados apresentou uma queda significativa (IBGE, 2020).

Essa tendência alimentar tem contribuído diretamente para o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), tais como obesidade, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial e enfermidades cardiovasculares, que hoje figuram entre as principais causas de morbidade e mortalidade no país (SANTOS et al., 2020). Dados oficiais indicam que a prevalência da obesidade praticamente dobrou entre 2006 e 2019, passando de 12,2% para 26,8% da população adulta (BRASIL, 2022).

Esse cenário alimentar inadequado afeta diversas faixas etárias de maneira distinta, mas igualmente preocupante. Em crianças, a carência de nutrientes essenciais prejudica o crescimento, o desenvolvimento neuropsicomotor e o desempenho escolar. Em adultos e idosos, os impactos incluem desde o surgimento ou agravamento de doenças crônicas até a aceleração de processos degenerativos, como a sarcopenia, caracterizada pela perda de massa e força muscular, e a osteoporose, relacionada à baixa ingestão de cálcio e vitamina D (VITOLLO, 2015).

Além disso, os efeitos da má alimentação não se restringem ao corpo físico: estudos mostram que a insegurança alimentar e a baixa qualidade nutricional da dieta também afetam a saúde mental, favorecendo o surgimento de transtornos como ansiedade, depressão e estresse crônico, especialmente em populações vulneráveis (REDE PENSSAN, 2022; HONÓRIO, 2023).

De forma contraditória, a insegurança alimentar, frequentemente associada à escassez de alimentos, também tem sido um dos fatores que impulsionam o aumento dos índices de sobrepeso e obesidade no Brasil e em outras partes do mundo. Essa realidade paradoxal afeta, sobretudo, populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que, diante da limitação de recursos financeiros, acabam optando por alimentos ultraprocessados. Esses produtos, apesar de mais acessíveis

economicamente e amplamente disponíveis, apresentam baixo valor nutricional e são densamente calóricos, contendo elevadas quantidades de gorduras saturadas, açúcares refinados e sódio, além de aditivos artificiais (BRASIL, 2022).

O consumo habitual destes alimentos promove desequilíbrios metabólicos que favorecem estados inflamatórios crônicos, resistência à insulina e disfunções lipídicas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de doenças metabólicas. Além disso, esse padrão alimentar reduz a diversidade da dieta e compromete a ingestão de micronutrientes essenciais ao bom funcionamento do organismo, como ferro, zinco e vitamina A, que são nutrientes fundamentais para o sistema imunológico, o desenvolvimento cognitivo e a prevenção de deficiências nutricionais (SANTOS et al., 2020).

A insegurança alimentar não deve ser compreendida apenas como ausência de comida, mas também como uma limitação ao acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, com consequências graves e multifatoriais para a saúde pública. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a segurança alimentar e nutricional consiste na garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares promotoras de saúde (BRASIL, 2006).

Diante da persistência da insegurança alimentar e da crescente prevalência de doenças relacionadas à má alimentação, torna-se cada vez mais imprescindível a formulação e ampliação de políticas públicas eficazes que assegurem o acesso físico, econômico e cultural a alimentos saudáveis e adequados.

Essas políticas devem ir além da simples oferta de alimentos, buscando transformar o ambiente alimentar das comunidades, especialmente das mais vulneráveis. Iniciativas como a criação de feiras livres em regiões periféricas, o fortalecimento de hortas urbanas e comunitárias, e o estímulo à produção da agricultura familiar são estratégias promissoras que favorecem tanto o acesso a alimentos frescos quanto o desenvolvimento local e sustentável (SERAFIM, 2021; HONÓRIO, 2023).

Além disso, é fundamental a adoção de medidas regulatórias, como o controle da publicidade de alimentos ultraprocessados, sobretudo aqueles voltados ao público infantil, pois essas campanhas contribuem para a formação de hábitos alimentares inadequados desde a infância. Nesse contexto, programas estruturantes como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante refeições nas escolas públicas com foco na alimentação saudável e na compra de produtos da agricultura familiar, têm papel estratégico na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2014).

Da mesma forma, o Sistema Único de Saúde (SUS) exerce função relevante por meio de suas ações intersetoriais, especialmente quando integradas a estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos em relação às suas escolhas alimentares (IBGE, 2020).

O programa Vix + Cidadania, desenvolvido pela Prefeitura de Vitória/ES, como uma importante política pública de transferência de renda voltada à redução das desigualdades sociais e ao enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar entre populações vulneráveis. A proposta do programa é fortalecer o poder de compra das famílias de baixa renda, possibilitando o acesso a itens básicos, inclusive alimentares. No entanto, apesar de seu potencial impacto positivo, ainda não há estudos avaliando sua efetividade na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente diante das transformações socioeconômicas ocorridas no cenário pós-pandemia da COVID-19.

A ausência de evidências atualizadas dificulta a compreensão dos reais efeitos do programa sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada. Dados recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) revelam um panorama preocupante no Espírito Santo, onde aproximadamente 39% da população enfrenta algum nível de insegurança alimentar, e cerca de 540 mil pessoas vivem em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022). Diante desse quadro alarmante, torna-se imprescindível investigar se políticas como o Vix + Cidadania estão, de fato, promovendo transformações significativas na vida dos beneficiários, especialmente no que diz respeito ao acesso regular, permanente e digno a alimentos saudáveis e suficientes.

A versão mais recente do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2023, evidencia que a fome, a insegurança alimentar e as diversas formas de má nutrição permanecem como obstáculos estruturais a serem enfrentados, mesmo em países com economias consolidadas e expressivas no cenário global, como é o caso do Brasil. Os dados reforçam que os impactos dessas problemáticas são mais intensos entre grupos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas, populações rurais e famílias de baixa renda, que enfrentam barreiras sistêmicas no acesso a alimentos adequados, seguros e culturalmente apropriados (FAO, 2023).

Diante desse panorama preocupante, a presente pesquisa se justifica pela necessidade urgente de aprofundar a compreensão acerca dos determinantes sociais da insegurança alimentar e nutricional, em especial no contexto urbano e local. Além disso, este estudo visa avaliar criticamente a efetividade de políticas públicas municipais, como o programa Vix + Cidadania, na promoção do direito humano à alimentação adequada. Ao realizar essa análise, pretende-se subsidiar a formulação de ações mais eficazes, equitativas e sustentáveis, que possam ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade a uma alimentação saudável, regular e digna (FAO, 2023).

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho foi desenvolver um diagnóstico situacional dos hábitos alimentares e do estado de segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do programa Vix + Cidadania, no município de Vitória/ES. Buscou-se identificar lacunas, fragilidades e potenciais do programa, de modo a

contribuir para a qualificação das políticas públicas locais e a efetivação plena do direito à alimentação adequada no território capixaba.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Desenho do estudo

É uma pesquisa de campo exploratória descritiva, sendo de caráter transversal e de abordagem quantitativa e qualitativa. Este estudo é caracterizado como quantitativo. Tamanho amostral foi definido coorte aberto, no qual foram selecionados 292 indivíduos de ambos os sexos, sendo a coleta de dados realizada entre setembro/2025 a novembro/2025. Os voluntários foram selecionados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Todos os beneficiários domiciliados, residentes no município de Vitória-ES, foram convidados a participar, sendo informados do objetivo deste estudo e que teriam como benefício um material com orientação sobre como gastar o benefício com alimentação saudável.

Foram estabelecidos como critério de inclusão neste estudo as seguintes características: indivíduos beneficiários do cartão Vix+ Cidadania, com idade a partir de 18 anos, domiciliados, podendo ser do sexo feminino ou masculino. O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética e após aprovação, apresentado aos voluntários. Só participaram do estudo aqueles, que ao serem orientados sobre os objetivos concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário fechado, com perguntas de múltipla escolha sobre o cartão Vix + Cidadania, triagem para risco de insegurança alimentar e consumo alimentar.

### 2.2 Aspectos éticos

O estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética do Centro Universitário Salesiano para análise. Após aprovação no parecer de número 7.224.564, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes do estudo, que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa. Os pesquisadores se comprometeram a manter o sigilo dos dados coletados, bem como a utilização destes exclusivamente com finalidade científica. Os indivíduos que participaram do estudo foram informados sobre os procedimentos, dos possíveis desconfortos, riscos e benefícios do estudo, antes de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, segundo determina a Resolução 196 e 466 do Conselho Nacional de Saúde de 2012 (BRASIL, 2012).

### 2.3 Coleta de dados

#### 2.3.1 Perfil socioeconômico/demográfico

Para a caracterização do perfil socioeconômico da população estudada, foram coletados e analisados dados relativos a variáveis demográficas e econômicas

fundamentais, seguindo parâmetros consolidados em estudos da área (ABEP, 2020). Os indicadores selecionados incluíram:

Variáveis demográficas: gênero (feminino, masculino, LGBTQIA+), cor/raça (amarela, branca, indígena, parda, preta) e estado civil (casado, desquitado/separado, divorciado, solteiro, viúvo);

Variáveis econômicas: situação de emprego (aposentado, autônomo, desempregado, empregado, estudante) e renda familiar mensal (até 1 salário-mínimo, 1-2 salários-mínimos, 2-3 salários-mínimos, acima de 3 salários-mínimos).

### 2.3.2 Avaliação dos hábitos alimentares

Para avaliar os hábitos alimentares foi analisado o consumo alimentar por meio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas desenvolvido e previamente testado, cujo objetivo foi a avaliação de práticas alimentares baseada nas recomendações do Guia alimentar para população brasileira (GABE; JAIME, 2020).

A avaliação foi realizada de acordo com as respostas do entrevistado, cada resposta teve uma pontuação atribuída: Acima de 41 pontos: “Alimentação adequada”. Entre 31 e até 41 pontos: “Alimentação regular”. Até 31 pontos: “Alimentação inadequada”. (GABE; JAIME, 2020)

### 2.3.3 Avaliação do acesso aos alimentos a partir do cartão Vix + Cidadania

O Vix + Cidadania é um programa de transferência de renda com foco na segurança alimentar e nutricional que beneficia famílias moradoras de Vitória que estejam em situação de vulnerabilidade social. Foi criado a partir da Lei 9.861/2022 e regulamentado pelos Decretos 21.156/2022 e 21.988/23, onde as famílias beneficiárias do programa, recebem o valor de 8,67% do salário-mínimo.

Foram caracterizadas perguntas sobre o acesso aos alimentos que permitiu analisar o impacto desse programa na vida das famílias beneficiárias. 5% do total de beneficiários foram convidados a participar da pesquisa, para isso, foram considerados alguns critérios: Ser morador do município de Vitória; estar em situação de extrema pobreza e pobreza ou de violação de direitos; estar inscrito e com o Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico) atualizado no período de até dois anos; estar registrado no sistema de informação da secretaria de assistência social do município de Vitória, além de ser beneficiário do programa Vix + cidadania (VITÓRIA, 2024).

### 2.3.4 Avaliação de (in)segurança alimentar

No bloco de triagem para risco de insegurança alimentar um diagnóstico de segurança alimentar foi realizado por meio da aplicação da Triagem de Insegurança Alimentar (TRIA), que é um instrumento validado contendo duas perguntas apenas, itens

baseados na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), tendo sua classificação da seguinte forma: Quando o indivíduo responde “não” para duas perguntas considera-se que o indivíduo e todas as pessoas de seu domicílio estão em situação de segurança alimentar. Quando o indivíduo responde “sim” para uma das perguntas considera-se que o indivíduo e todas as pessoas de seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar leve. Ao afirmar “sim” para duas questões na TRIA, o indivíduo e todos os moradores do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave (SANTOS, 2022)

#### 2.4 Análise estatística

Os dados coletados foram inicialmente organizados e tabulados no Planilhas Google, sendo posteriormente analisados no software IBM SPSS Statistics. As variáveis categóricas foram expressas em frequências absolutas e relativas (%), enquanto as variáveis quantitativas foram descritas por média, mediana, desvio-padrão e coeficiente de variação.

Para verificar possíveis associações entre variáveis categóricas, como o tempo de participação no programa Vix + Cidadania e os resultados da triagem de insegurança alimentar (TRIA) ou do consumo alimentar, foi aplicado o Teste Exato de Fisher, adotando-se nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ).

Os resultados foram apresentados em tabelas, a fim de facilitar a interpretação dos achados e a discussão dos dados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização socioeconômica de uma população é uma ferramenta fundamental para compreender suas condições de vida, vulnerabilidades e necessidades. Ela vai além de simples números e percentuais; revela o perfil real das pessoas por trás dos dados, expondo fatores críticos como acesso a emprego, distribuição de renda, desigualdades estruturais e seu impacto direto na qualidade de vida.

Analisar variáveis como estado civil, situação de emprego, renda, gênero e raça/cor é essencial para identificar grupos sociais em situação de maior fragilidade, mapear iniquidades e, principalmente, para planejar e direcionar políticas públicas eficazes. Um diagnóstico preciso permite que ações governamentais e programas sociais, como o Vix + Cidadania, sejam calibrados não apenas para mitigar emergências, mas para atacar as causas profundas da exclusão e da pobreza.

Tabela 1 - Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Vix + Cidadania, Vitória-ES, 2025.

---

<b>Estado civil</b>	<b>Nº de responsável familiar</b>	<b>%</b>
Casado	55	18,8
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	6	2,1
Divorciado	35	12,0
Solteiro (a)	186	63,7
Viúvo (a)	9	3,1
Não respondeu	1	0,3
<b>Situação atual de emprego</b>		
Aposentado	7	2,4
Autônomo	56	19,2
Desempregado	202	69,2
Empregado	20	6,8
Estudante	7	2,4
<b>Renda familiar</b>		
Acima de três salários mínimos	1	0,3
Até um salário mínimo	274	93,8
Entre um e dois salários mínimos	17	5,8
<b>Gênero</b>		
Feminino	262	89,7
LGBTQIA +	2	0,7
Masculino	28	9,6
<b>Cor da pele</b>		
Amarelo	3	1,0
Branco	37	12,7
Indígena	11	3,8
Pardo	165	56,5
Preto	76	26,0

Fonte: elaboração própria

A análise do perfil socioeconômico (Tabela 1) revela uma população marcada por intensa vulnerabilidade, onde 93,8% das famílias sobrevivem com até um salário mínimo e 69,2% dos responsáveis estão desempregados. Esse dado evidencia uma situação de extrema pobreza e restrição severa do poder de consumo, impactando diretamente a capacidade dessas famílias de garantir necessidades básicas, como uma alimentação adequada. A baixa inserção no mercado formal de trabalho, com apenas 6,8% dos responsáveis empregados, reforça a precariedade da situação econômica do grupo e a dependência crítica de programas de transferência de renda como principal ou única fonte de sustento.

Esse cenário é agravado pela notável predominância de mulheres (89,7%) como chefes de família, majoritariamente pardas ou pretas (83,5% somadas). Essa interseção de fatores evidencia que a insegurança alimentar atinge com mais força

grupos historicamente vulnerabilizados, sobre os quais recaem as maiores cargas de trabalho informal, desemprego e responsabilidade pelo sustento do lar, aprofundando as desigualdades de gênero e raça.

Esses dados não apenas confirmam que o programa de transferência de renda atende ao seu público-alvo prioritário, mas também dialogam diretamente com o conceito de “feminização da pobreza”. Estudos demonstram que o acesso limitado à renda explica a maior vulnerabilidade de famílias chefiadas por mulheres à insegurança alimentar (IA) grave (RODRIGUES et al. 2025). A maior participação de programas como o Bolsa Família na renda dessas famílias reafirma a importância de tais mecanismos como proteção social e ferramenta de redução das desigualdades de gênero e raça, que se sobrepõem e intensificam a pobreza.

Portanto, o diagnóstico obtido reforça que tais famílias demandam um conjunto amplo e intersetorial de políticas públicas que vá além da transferência de renda, abordando também a geração de emprego e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Tabela 2 - Avaliação do tempo em que os beneficiários acessam os alimentos a partir do cartão Vix + Cidadania.

<b>Tempo de permanência no programa</b>	<b>Nº de responsável familiar</b>	<b>%</b>
1 a 3 meses	29	9,9
4 a 6 meses	46	15,8
Mais que 7 meses	217	74,3
<b>Mudanças no consumo alimentar</b>		
Não	30	10,3
Sim	262	89,7

Fonte: elaboração própria

A Tabela 2 permite observar que a maioria dos beneficiários (74,3%) está há mais de sete meses no programa Vix + Cidadania, indicando um tempo de permanência considerável que favorece a consolidação de seus possíveis impactos. Esse fato corrobora com o dado central da tabela: a expressiva maioria dos responsáveis familiares (89,7%) relatou ter percebido mudanças positivas no consumo alimentar de seu domicílio após o ingresso no programa.

O impacto do benefício no consumo alimentar é evidente, atuando como uma importante rede de proteção social contra a fome e contribuindo para a ampliação do acesso quantitativo e qualitativo aos alimentos. O aumento na compra de carnes, frangos e ovos (28,6%) e de frutas, legumes e verduras (21,9%) (Tabela 3) sugere uma melhoria na qualidade nutricional das refeições.

Esse achado contraria a hipótese de que programas de transferência de renda tenderiam a incentivar o consumo de alimentos ultraprocessados por serem mais baratos. Pelo contrário, outros estudos ao analisar o impacto do Bolsa Família, concluíram que os beneficiários apresentaram menor consumo de alimentos

processados e ultraprocessados e maior consumo de alimentos in natura ou minimamente processados (SPERANDIO et al. 2017)

Nossos resultados, portanto, estão em consonância com a literatura, indicando que o incremento de renda, mesmo que modesto, é prioritariamente direcionado à aquisição de alimentos básicos e essenciais, promovendo maior diversidade alimentar. Ainda assim, a persistência de 10,3% das famílias que não perceberam mudanças no consumo alerta para a existência de barreiras que ultrapassam a questão financeira, como o preço dos alimentos, o acesso a equipamentos de armazenamento e preparo ou mesmo hábitos culturais, fatores que podem limitar o efeito do benefício para uma parcela dos beneficiários.

Tabela 3 - Mudanças que aconteceram no hábito alimentar dos moradores do domicílio, após receberem o cartão Vix + Cidadania.

<b>Mudanças alimentares pós benefício</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Passou a comprar mais carne, frango, ovo e/ou peixe	150	28,6
Passou a comprar mais frutas, legumes e verduras (ex: banana, alface, tomate, cenoura, beterraba)	115	21,9
Passou a comprar mais produtos de limpeza	65	12,4
Passou a comprar mais produtos de higiene pessoal	71	13,5
Todas as alternativas anteriores	123	23,5
<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria

Os dados apresentados na Tabela 3 complementam os achados anteriores, evidenciando que o benefício impacta diretamente a diversificação da dieta. O aumento na compra de proteínas de origem animal, como carnes, frangos e ovos (28,6%), e de alimentos frescos, como frutas, legumes e verduras (21,9%), sugere uma melhoria na qualidade nutricional das refeições.

Além disso, observa-se que uma parcela significativa dos beneficiários também direcionou parte do recurso para produtos de limpeza (12,4%) e higiene pessoal (13,5%), o que indica que o programa, indiretamente, contribui para a melhoria das condições de saúde e bem-estar ao liberar outra parte da renda familiar para essas necessidades. O fato de 23,5% dos entrevistados relatarem aumento em todas as categorias simultaneamente reforça a abrangência do impacto do benefício na vida cotidiana das famílias.

Esses resultados corroboram evidências de outros estudos, que apontam a efetividade das políticas de transferência de renda na mitigação da insegurança alimentar, especialmente entre famílias de baixa renda (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012). Pesquisas nacionais também demonstram que a ampliação do acesso à renda contribui para reduzir as desigualdades regionais e de gênero, favorecendo padrões alimentares mais completos e equilibrados (SEGALL-

CORRÊA; MARIN-LEON, 2008; FACCHINI et al., 2014). Dessa forma, o programa Vix + Cidadania mostra-se não apenas como um mecanismo de proteção social, mas também como um instrumento promotor de segurança alimentar e melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas.

Tabela 4 - Tipos de comércio que os moradores do domicílio utilizam o Vix + cidadania com maior frequência.

Tipos de comércios	Nº de respostas	%
Mercados ou Supermercados	253	47,9
Padaria	51	9,7
Hortifruti	49	9,3
Açougue e/ou Peixaria	105	19,9
Restaurantes e/ ou Lanchonete	8	1,5
Distribuidora de gás	62	11,7
Total	528	100,0

Fonte: elaboração própria

A análise da Tabela 4 sobre os locais de compra demonstra que os mercados e supermercados (47,9%) são os principais estabelecimentos utilizados pelos beneficiários, o que é esperado pela variedade e disponibilidade de produtos. Entretanto, a frequência expressiva em açougues e peixarias (19,9%) e a presença, ainda que menor, de padarias (9,7%) e hortifrutis (9,3%) revelam uma busca por alimentos frescos e específicos, o que reforça a tendência de diversificação alimentar observada nos resultados anteriores.

A relevância da distribuidora de gás (11,7%) como local de uso do benefício é um achado importante, pois evidencia que o cartão Vix + Cidadania transcende a compra direta de alimentos e supre uma necessidade essencial para o preparo das refeições, aspecto diretamente relacionado à segurança alimentar e nutricional.

Ao mesmo tempo, a percepção de cobrança de taxas (24,1%) e alteração de preços (22,8%) entre os estabelecimentos conveniados (Tabela 5) representa uma limitação prática do programa, reduzindo o poder de compra real dos beneficiários. Esses entraves operacionais podem comprometer parcialmente a efetividade da política pública, sobretudo entre famílias em situação de extrema pobreza.

Tais achados estão em consonância com estudos que apontam que, embora as transferências de renda sejam fundamentais para reduzir a insegurança alimentar, ainda enfrentam barreiras estruturais e de mercado que afetam seu alcance (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012; SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2008; FACCHINI et al., 2014). Assim, o programa Vix + Cidadania reafirma seu papel como ferramenta de proteção social e promoção da segurança alimentar, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de aperfeiçoamentos operacionais e políticas complementares voltadas à equidade e à justiça social.

Tabela 5 - Especificações sobre os estabelecimentos que aceitam o cartão do Programa Vix + Cidadania.

<b>Com relação aos comércios</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Os locais onde é aceito o Cartão Vix + Cidadania são de fácil acesso, em relação à sua residência?	160	23,2
Os moradores do domicílio conseguem comprar todos os itens que precisam nos locais credenciados?	134	19,4
Há cobrança de taxas pela rede credenciada onde é aceito o cartão do Programa Vix + Cidadania?	166	24,1
Há alteração do preço do produto quando usam o cartão Vix + Cidadania como forma de pagamento?	157	22,8
Em relação a outros comércios, os locais onde é aceito o cartão do Vix + Cidadania têm um preço que consideram acessível?	72	10,4
<b>Total</b>	<b>689</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria

A Tabela 5 revela desafios operacionais e de percepção do programa. A cobrança de taxas pela rede credenciada, relatada por 24,1% dos beneficiários, é um ponto crítico que pode comprometer a efetividade do benefício, uma vez que parte do recurso destinado à compra de alimentos pode ser reduzida por encargos adicionais. A percepção de alteração nos preços ao usar o cartão (22,8%) também sugere a necessidade de maior fiscalização e regulação dos estabelecimentos. Por outro lado, a facilidade de acesso aos locais credenciados (23,2%) é um ponto positivo. Apenas 10,4% consideraram os preços acessíveis em comparação a outros comércios, revelando uma percepção de limitação em relação à competitividade de valores

De maneira geral, os resultados apontam para a necessidade de maior fiscalização e aprimoramento da rede credenciada, a fim de garantir que o benefício cumpra seu objetivo principal: assegurar a aquisição de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, sem restrições impostas por custos adicionais ou diferenciação de preços.

Tabela 6 - Classificação do consumo alimentar dos beneficiários do Programa Vix + Cidadania, Vitória-ES.

<b>Classificação do consumo alimentar</b>	<b>Nº de responsável familiar</b>	<b>%</b>
Alimentação excelente	64	21,9
Alimentação Irregular	76	26,0

Alimentação regular 152 52,1

Fonte: elaboração própria

A Tabela 6 apresenta um panorama do consumo alimentar, no qual a maioria dos beneficiários (52,1%) classifica sua alimentação como “regular”. Embora 21,9% a considerem “excelente”, indicando que parte das famílias alcançou um padrão alimentar mais adequado, os 26% que a classificam como “irregular” apontam para a persistência de desafios relacionados à qualidade e variedade dos alimentos consumidos.

Esses resultados sugerem que, embora o programa Vix + Cidadania contribua para a ampliação do acesso aos alimentos, ainda existem limitações quanto à suficiência e à diversidade alimentar entre os beneficiários, possivelmente associadas à insuficiência do valor do benefício, à variação dos preços dos alimentos e à restrição do poder de compra.

Situação semelhante é relatada em estudos que evidenciam que, mesmo com o apoio das transferências de renda, parte das famílias em vulnerabilidade socioeconômica continua enfrentando insegurança alimentar, especialmente nos grupos de menor renda e nas regiões com maiores desigualdades (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012; SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2008; FACCHINI et al., 2014).

Tabela 7 - Classificação da triagem para risco de insegurança alimentar dos beneficiários do Programa Vix + Cidadania, Vitória - ES.

Classificação da triagem	Nº de responsável familiar	%
Segurança alimentar	34	11,6
IA leve	40	13,7
IA grave	218	74,7

Fonte: elaboração própria

O dado mais alarmante do estudo refere-se à prevalência de insegurança alimentar grave (74,7%) entre os beneficiários, conforme apresentado na Tabela 7. Esse resultado, mesmo em um contexto de recebimento de auxílio, evidencia que a fome e a privação severa de alimentos permanecem como uma realidade predominante, indicando uma carência aguda que ultrapassa a preocupação apenas com a qualidade ou a variedade da dieta. Apenas 11,6% das famílias foram classificadas em segurança alimentar, percentual extremamente baixo que reforça a gravidade da situação.

Esse índice é drasticamente superior ao encontrado por Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012), que, ao investigarem beneficiários de programas de transferência de renda utilizando a mesma metodologia (EBIA), observaram uma prevalência de insegurança alimentar grave de apenas 5,9%. Embora a comparação direta exija

cautela devido às diferenças contextuais e temporais, a disparidade sugere uma intensificação da vulnerabilidade social e alimentar da população estudada.

Esses resultados indicam que, para o público analisado, o programa Vix + Cidadania, embora essencial como mecanismo de mitigação da fome, atua mais como um instrumento de sobrevivência imediata do que como uma política capaz de superar estruturalmente a condição de insegurança alimentar. Tal achado corrobora o que apontam Facchini et al. (2014) e Segall-Corrêa e Marin-Leon (2008), ao destacarem que a transferência de renda isolada dificilmente elimina a insegurança alimentar quando não acompanhada de políticas integradas de emprego, educação e fortalecimento da produção e do acesso a alimentos saudáveis.

Tabela 8 - Distribuição de Frequências segundo o tempo de benefício do Vix + cidadania e Resultado TRIA

		Resultado TRIA				Total
		Segurança alimentar	IA leve	IA grave		
Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	1 a 3 meses	Frequência	3	4	22	29
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	10,3%	13,8%	75,9%	100,0%
	4 a 6 meses	Frequência	7	8	31	46
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	15,2%	17,4%	67,4%	100,0%
	Mais que 7 meses	Frequência	24	28	165	217
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	11,1%	12,9%	76,0%	100,0%
Total	Frequência	34	40	218	292	
	% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	11,6%	13,7%	74,7%	100,0%	

Teste Exato de Fisher: 1,853, valor-p=0,771

Fonte: elaboração própria

De acordo com a probabilidade de significância ( $p=0,771 > 0,05$ ), conclui-se que as variáveis são independentes, isto é, não existe associação entre Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania e Resultado TRIA.

Tabela 9 – Distribuição de Frequências segundo Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania e Consumo Alimentar

			Consumo Alimentar			
			Alimentação Irregular	Alimentação regular	Alimentação excelente	Total
Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	1 a 3 meses	Frequência	5	20	4	29
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	17,2%	69,0%	13,8%	100,0%
	4 a 6 meses	Frequência	9	27	10	46
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	19,6%	58,7%	21,7%	100,0%
	Mais que 7 meses	Frequência	62	105	50	217
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	28,6%	48,4%	23,0%	100,0%
Total		Frequência	76	152	64	292
		% em Há quanto tempo é beneficiária (o) do Vix + cidadania	26,0%	52,1%	21,9%	100,0%

Teste Exato de Fisher: 5,252, valor-p=0,260

Fonte: elaboração própria

As Tabelas 8 e 9 apresentam os resultados dos testes de associação, fundamentais para a análise da efetividade do programa a longo prazo. O Teste Exato de Fisher não indicou associação estatisticamente significativa entre o tempo de permanência no programa e a situação de insegurança alimentar ( $p=0,771$ ) ou o padrão de consumo alimentar ( $p=0,260$ ). A ausência dessa correlação pode indicar que o principal impacto do programa ocorre nos primeiros meses de recebimento, promovendo um alívio imediato da fome, mas que a permanência prolongada, isoladamente, não garante uma melhoria contínua e sustentada na segurança alimentar ou nos hábitos de consumo.

Em outras palavras, o benefício cumpre um papel essencial no enfrentamento emergencial da fome, mas pode não ser suficiente para romper o ciclo crônico de vulnerabilidade social e alimentar.

Fatores estruturais, como o desemprego persistente, a elevação dos preços dos alimentos e as limitações operacionais do próprio programa, como o valor do benefício e a cobrança de taxas em estabelecimentos, parecem restringir os efeitos positivos a longo prazo. Essa ausência de associação estatística não desqualifica a relevância do Vix + Cidadania, mas reforça a necessidade de políticas públicas complementares que enfrentam as causas profundas da pobreza e da insegurança alimentar, como programas de qualificação profissional, incentivo à agricultura familiar e urbana, além de ações contínuas de educação alimentar e nutricional (FAO, 2021; BRASIL, 2022).

Em síntese, os resultados evidenciam uma emergência nutricional, na qual o acesso insuficiente a alimentos permanece massivo, mesmo entre beneficiários de políticas de transferência de renda. O programa Vix + Cidadania configura-se, portanto, como uma ferramenta vital de proteção social, com impacto positivo na ampliação e diversificação da dieta. No entanto, a elevada prevalência de insegurança alimentar grave e a ausência de progressão dos indicadores ao longo do tempo demonstram que a transferência de renda, isoladamente, não é capaz de solucionar um problema estrutural e multifatorial.

Assim, torna-se imprescindível a articulação de políticas intersetoriais que promovam a autonomia das famílias, o fortalecimento do sistema alimentar local e a efetiva realização do direito humano à alimentação adequada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo avaliou a efetividade do programa Vix + Cidadania na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) em Vitória/ES, concluindo que, embora seja uma política pública essencial, sua atuação isolada é insuficiente para reverter o quadro de vulnerabilidade estrutural de seus beneficiários.

O principal achado deste trabalho é a confirmação de que o programa atende a uma população em situação de extrema vulnerabilidade, marcada pela baixa renda, desemprego e pela predominância de mulheres como chefes de família. Este perfil dialoga com o fenômeno da feminização da pobreza, onde as desigualdades de gênero e raça se aprofundam, tornando as mulheres mais suscetíveis à insegurança alimentar (RODRIGUES et al., 2025).

Nesse contexto, o Vix + Cidadania cumpre um papel social inegável, atuando como uma barreira de proteção contra a fome, em linha com o que a literatura aponta sobre a importância de programas de transferência de renda para a proteção social de famílias chefiadas por mulheres (RODRIGUES et al., 2025; FACCHINI et al., 2014).

Observou-se um impacto positivo na qualidade da dieta, com aumento na aquisição de alimentos frescos. Este resultado é consistente com estudos como o de Sperandio et al., que demonstrou que beneficiários do Bolsa Família tendem a consumir menos alimentos ultraprocessados, reforçando que o incremento de renda é prioritariamente utilizado para a melhoria da alimentação básica (SPERANDIO et al., 2017).

Contudo, a pesquisa revela uma realidade paradoxal: mesmo com o auxílio, a prevalência de insegurança alimentar grave atinge alarmantes 74,7%. Este índice contrasta drasticamente com estudos anteriores, como o de Anschau et al., que encontrou 5,9% de IA grave em um público similar, evidenciando a profundidade da crise alimentar enfrentada pela população deste estudo (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012).

Somado à ausência de associação estatística entre o tempo de permanência no programa e a melhoria dos indicadores de SAN, fica claro que o benefício funciona como um paliativo crucial, mas não como um fator de transformação estrutural a longo prazo. A transferência de renda, por si só, não consegue superar barreiras como o desemprego crônico e a inflação dos alimentos (SEGALL-CORRÊA, 2012; FACCHINI et al., 2014).

As implicações práticas destes achados apontam para a necessidade de ir além da transferência de renda. Recomenda-se a revisão do valor do benefício e o fortalecimento da fiscalização dos comércios credenciados para coibir práticas abusivas, como a cobrança de taxas e a inflação de preços. Mais importante, é imperativo o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que promovam a

autonomia das famílias, como programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda, incentivo à agricultura urbana e ações de educação alimentar e nutricional. Somente a articulação de múltiplas estratégias poderá transformar a realidade da insegurança alimentar de forma duradoura.

As limitações deste estudo, como o delineamento transversal, impedem o estabelecimento de relações de causa e efeito. Sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de estudos longitudinais que acompanhem as famílias ao longo do tempo, permitindo uma análise mais aprofundada do impacto do programa. Estudos qualitativos também seriam de grande valia para compreender as percepções, os desafios e as estratégias das famílias no seu cotidiano.

Em suma, o Vix + Cidadania é uma política pública de grande relevância, mas a luta pela SAN exige um compromisso contínuo e multifacetado. Espera-se que os resultados desta pesquisa subsidiem a tomada de decisão e contribuam para o fortalecimento de políticas públicas mais justas, eficazes e transformadoras, que não apenas alimentem, mas que também emancipem.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado e guiado em cada etapa dessa jornada. Sem Sua graça e presença, nada disso seria possível.

À minha mãe, pelo amor incondicional, paciência e apoio constante, mesmo nos dias mais difíceis. Ao meu esposo e familiares, por acreditarem em mim quando até eu duvidei, e por estarem sempre ao meu lado com palavras de incentivo e fé.

Ao meu irmão de sangue e aos irmãos em Cristo, pela força e pelas orações que me ajudaram a seguir em frente. Aos amigos que tornaram o caminho mais leve e cheio de boas lembranças.

Aos mestres e professores, que compartilharam seus conhecimentos com dedicação e despertaram ainda mais meu amor pela Nutrição. À minha turma, pelos desafios vencidos e pelas amizades construídas que levarei para a vida.

E, de forma especial, ao meu querido pai, que mesmo em memória, continua sendo uma das minhas maiores fontes de inspiração.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada, o meu mais sincero agradecimento.

## **REFERÊNCIAS**

ALPINO, T. DE M. A. et al. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 273–286, jan. 2022.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000200001>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério Brasil - Abep. Disponível em: <https://abep.org/criterio-brasil/>. Acesso em: 01 setembro 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2e\\_d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2e_d.pdf). Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 56 p.

COMBATE À FOME. Plataforma Alimenta Cidades é lançada com mapeamento dos desertos e pântanos alimentares. Disponível em: <https://shre.ink/tll8>. Acesso em: 17 mai. 2025.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. 2021. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/notas-tecnicas-e-estudos/nota-tecnica-seguranca-alimentar.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

CORTIZO, R. M.; et al. População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento\\_SAGI\\_Populacao\\_situacao\\_rua.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf). Acesso em: 13 mar. 2025.

FACCHINI, L. A. et al. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 161-174, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2014.v30n1/161-174/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo em 2023: urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares e dietas saudáveis em um mundo em rápida mudança. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017pt/cc3017pt.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FORAPANI, G. Desertos alimentares: o que são e como influenciam na composição das dietas das famílias. 2019. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FRANÇA, F. C. O. DE et al. Food Environment around Schools: A Systematic Scope Review. Nutrients, v. 14, n. 23, p. 5090, 1 jan. 2022.

GABE, K. T.; JAIME, P. C. Práticas alimentares segundo o Guia alimentar para a população brasileira: fatores associados entre brasileiros adultos. 2018. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, n. 1. Acesso em 15 de mar. 2020.

HONÓRIO, O. S. Desertos e pântanos alimentares: uma avaliação conceitual, metodológica e ecológica. 2023. 211 f. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://www.repositoryinfo.ufop.br/handle/123456789/18139>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=210174> 2. Acesso em: 24 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Vix Mais Cidadania. Vitória, ES, [20--]. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/semas/vix-mais-cidadania>. Acesso em: 04 mai. 2025.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

RODRIGUES, A. V. A. et al. Desigualdades de gênero e renda das famílias brasileiras: implicações para a segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 5, maio 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025305.11662023>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTOS, F. S. et al. Processamento de alimentos e fatores de risco cardiometabólicos: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, p. 70, 2020. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001704>

SANTOS, K. F. et al. Insegurança alimentar no Brasil em 2022: análise da POF 2017-2018 e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, supl. 1, e00216623, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YGQp55rNc5Rkvk6vxQC87Ld/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2025.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, supl., p. 39s-51s, jul./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SERAFIM, P. Disponibilidade de alimentos ultraprocessados no ambiente alimentar do consumidor em um município de médio porte no estado de SP. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-11062021-171554/pt-br.php>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SPERANDIO, N. et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.25852016>. Acesso em: 10 nov. 2025.

VITOLLO, M. R. (org.). *Nutrição: da gestação ao envelhecimento*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. 576 p.